

Relatório anual da Administração

Msgem da Administração. O ano de 2020 trouxe muitos desafios, principalmente por conta dos efeitos da pandemia do COVID-19 na economia. O serviço de transmissão de energia foi definido como serviço essencial. Assim para garantir a continuidade e qualidade, foram necessários ajustes para adaptação a uma nova forma de trabalho, assim como a necessidade de reagir à rápida evolução da pandemia. Foram adotadas as seguintes medidas para proteger as pessoas e a operação: (i) Implantação de home office para todas as equipes administrativas e de gestão operacional; (ii) Disponibilização de álcool em gel para todos os funcionários; (iii) Distribuição de máscaras de proteção para todos os funcionários; (iv) Gestão da operação, assim como medidas para proporcionar transporte privado para locomoção. Apesar dos desafios, a Companhia obteve a certificação do Great Place to Work. Registramos no ano uma margem EBITDA ajustada de 94% e um lucro líquido de R\$ 67,4 milhões, e encerrou o ano com caixa livre positivo de R\$ 48,4 milhões e capacidade plena de cumprir suas obrigações e dar andamento em seu plano de negócios. Em 28/04/2020, a Evoltz firmou um contrato de compra de ações e outras vantagens para adquirir a participação minoritária, 49,5% das ações ordinárias detidas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$ 251 milhões. A transação foi devidamente aprovada pelos órgãos competentes, em agosto de 2020 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. Concluímos também a troca de determinados equipamentos vinculados a concessão e assim assegurar a disponibilidade da linha de transmissão e evitar novas perdas por indisponibilidades no futuro. Além disso, tivemos êxito em importantes acordos de processos e litígios em que a Companhia estava envolvida o que proporcionou redução expressiva dos passivos contingentes, importante saneamento para otimização dos resultados futuros e estabilidade ainda maior de nossa geração de caixa livre. A Manaus, por conta de obrigações a serem cumpridas no início do ano de 2020 e 2021, necessitou de reforço de liquidez para cumprir com tais obrigações. Em um primeiro momento a Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

se na cidade de Brasília - DF. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 - ANEEL de 16/10/2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oximimá/ Cairiri/ CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cairiri 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. A Companhia possui uma Receita Anual Permissiva (RAP) do ciclo 2020/21 de R\$ 171 milhões, valor que é reajustada anualmente nos meses de julho.

2. Nossos Acionistas. A Manaus Transmissora de Energia S.A.
possui uma sólida base acionária, responsável pelo planejamento dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção de suas atividades. Seus acionistas são Evoltz Participações S.A. ("Evoltz") com 99,99% de participação acionária composta por 1.255.333.122 ações ordinárias e TPG Seville SPV, LLC com 0,01% composta por 1 (uma) ação ordinária. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

3. Governança corporativa.
A Evoltz está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa - Conselho de Administração - CA. É formado por cinco membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções. Diretoria Executiva: é constituída por três Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de dois anos, sendo um Diretor Presidente, uma Diretora Administrativa Financeira e uma Diretora de Operação e Manutenção, os quais exerceram suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social. A Companhia estabeleceu mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e controles internos, por meio de políticas e ações, dentre as quais: (i) Política de Compliance; (ii) Canal de Denúncia; (iii) Código de Conduta e Ética Profissional; (iv) Política de Anticorrupção e Performance; (v) Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e (vi) Política de Prevenção de Fraudes.

4. Desempenho operacional.
A Manaus demonstra competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade de seus ativos em elevados patamares. Em 2020 a Companhia sofreu descontos pela indisponibilidade do banco de baterias e compensador estático, danifi-

cados no acidente de final/12/2019. Após o evento as perdas foram devidamente provisionadas. Durante o 2020 os equipamentos foram substituídos com sucesso e efetivamente disponibilizados ao sistema nacional em dezembro de 2020. A Companhia demonstrou agilidade operacional, imediatamente substituindo os equipamentos danificados, bem como acionando as seguradoras de forma a garantir eventuais coberturas através das apólices contratadas. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Apesar das perdas registradas por danos materiais a Companhia alcançou a média 99,92% de disponibilidade em 2020 (isolando o compensador estático reparado durante o ano 2020).

5. Desempenho econômico-financeiro

Indicadores (em milhares de reais)	Dez/2020	Dez/2019	Var %
Receita operacional líquida	178.026	173.302	2,7%
EBITDA ajustado	146.218	155.728	-6,1%
EBITDA ajustado	167.321	153.036	9,3%
Margem EBITDA	92,1%	89,9%	2,8 p.p
Margem EBITDA	94,0%	88,3%	5,7 p.p
Lucro líquido	67.358	67.436	-0,1%
Resultado financeiro	-51.496	-48.907	5,3%
Imposto de renda e contribuição social	27.364	-39.385	-30,5%
Divida líquida	584.105	578.704	0,9%
Caixa e equivalentes de caixa, TVM e depósitos vinculados:			
86.204	84.431	2,1%	
Empréstimos e financiamentos	532.250	516.133	3,1%
Debitivos	138.059	147.002	-6,1%
Índice de Endividamento líquido	43,7%	45,1%	1,4 p.p
Divida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses)**	4,0	3,7	7,5%
Divida Líquida/EBITDA AJUSTADO (últimos 12 meses)*	3,5	3,8	-7,9%
(*) Divida líquida: A divida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A divida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significativo padrão. Outras companhias podem calcular a sua divida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. (***) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527 e EBITDA ajustado desconsideando os impactos dos itens não recorrentes. (***) Itens não recorrentes são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no exercício. Alguns despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. O EBITDA ajustado ficou 9,3% acima quando comparado ao anterior, totalizando R\$ 167,3 milhões em 2020, em decorrência de um aumento na receita operacional líquida no valor de R\$ 4,7 milhões quando comparado ao 2019 e devido a uma diminuição nos custos e despesas operacionais. A principal variação nos custos operacionais			

corresponde a serviços de operação e manutenção, que registrou um decréscimo de R\$ 6 milhões em função ao registro de uma provisão em 2019 para atualização e liquidação do saldo a pagar a Manaus Construtora no valor de R\$ 4,4 milhões. O resultado financeiro líquido, totalizou R\$ 51,5 milhões em 2020, um aumento de R\$ 2,6 milhões em comparação com 2019, decorrente de uma redução no rendimento das aplicações financeiras no valor de R\$ 4,7 milhões e de uma redução do custo financeiro dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 2,1 milhões, fruto das variações nos componentes dos juros e pela amortização do principal. A divida líquida totalizou em R\$ 584,1 milhões em 31/12/2020, em linha quando comparada com 2019, um aumento de R\$ 5,4 milhões em relação à posição de R\$ 578,8 milhões registrada em 31/12/2019. A posição de caixa e equivalentes de caixa totalizou em 31/12/2020 R\$48,4 milhões.

6. Responsabilidade Socioambiental.

A Manaus vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação do seu empreendimento, em atendimento a Licença de Operação 1.135/13 - 1ª Renovação - IBAMA, são desenvolvidos os Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. Destacamos alguns dos Programas Ambientais e Sociais nos quais a Manaus vem executando atualmente: • Reposição Florestal no Estado do Amazonas; • Programa de Compensação Ambiental no Estado do Pará.

7. Auditores Independentes.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade de necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. A Companhia não tem nenhuma situação de desacordo com as regras de independência para os auditores independentes conforme NBC PA 02 - Independência, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.267/2009. A Companhia possui procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos seus auditores externos, com a finalidade de evitar conflito de interesse ou perda de objetividade de seus auditores independentes. São adotados os seguintes princípios para pré-aprovação: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia, e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

8. Agradecimentos.

Registramos nossos agradecimentos a todos os stakeholders pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Manaus.

1. Sobre a Manaus Transmissora de Energia S.A. - A Manaus Transmissora de Energia S.A.

("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com

Balancos Patrimoniais (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativo				
Circulante		229.350	172.783	205.335
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.423	46.930	76.414
Títulos e valores mobiliários		-	48	-
Contas a receber	5	18.414	14.334	21.190
Contas a pagar	6	1.411	1.411	1.411
Tributos a recuperar	7	11.595	15.564	7.736
Ativo contratual da concessão	8	140.991	90.791	88.170
Sobresaltes		6.779	1.341	-
Outros ativos		3.148	3.770	10.414
Não Circulante		2.115.412	2.100.285	2.110.940
Depósitos vinculados	10,4	37.781	37.453	38.207
Depósitos judiciais	11,a	35.098	964	868
Tributos a recuperar	7	7.157	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	11.499	49.126
Ativo contratual da concessão	8	2.035.185	2.050.243	2.022.640
Intangível		191	124	92
Total do Ativo		2.344.762	2.273.068	2.316.275

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia foi constituída em 22/04/2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestação de serviços de manutenção e construção de linhas de transmissão de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%, de participação. A transação foi concluída em agosto de 2020, após aprovação dos credores e dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 26/06/2020 o Centro de Operações da Evoltz Participações S.A. assumiu a operação dos ativos de transmissão da Companhia em 500kV. A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 2020, atividades comerciais relacionadas ao objeto de sua concessão. A Manaus possui instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14/03/2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Em abril de 2020, no âmbito do procedimento competitivo de alienação instaurado pela Eletrobras em 2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aderiu a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R\$251 milhões. Em 28/04/2020 foi assinado contrato de compra de ações e outras vantagens entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras considerando o preço supracitado. Com isso, a Evoltz Participações S.A. passou a deter 100% das ações da Manaus Transmissora de Energia S.A. A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A. em início de 2018, com 50,5%. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) já era acionista, com 49,5%,

Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37



3. Uso de estimativas e julgamentos.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia consideram-se as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras estão contempladas a seguir: **3.1. Ativo de contrato de concessão.** No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: (i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão, ou pelo seu aprimoramento ao longo da duração da concessão; e (ii) a obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a Concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus à Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só faz jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Essas receitas são amortizadas nos investimentos em infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: **• Ativo de contrato de concessão indenizável** – a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor atualizável. **• Ativo de contrato de concessão amortizável** – a Companhia reconhece os aditivos de custos das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. **• Remuneração do ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leis. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações ao longo do tempo. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incluem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. **• Determinação das receitas de infraestrutura** – Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e/ou melhorias de instalações, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura de transmissão. **• Receita de operação e manutenção (O&M)** pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **3.2. Provisões para riscos ambientais, sobressalentes, tributários, trabalhistas, civis e fundiários.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e a estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de provisão para contingências inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntados ou decisões de tribunais. **3.3. Reversão de ativos financeiros (impairment).** A Companhia reconhece ativos financeiros recebíveis – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou a redução da taxa de desconto, a restrição do valor de garantia, a redução da receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **3.4. Demonstração do valor adicionado ("DVA").** A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.5. Demonstração de fluxo de caixa ("DFC").** Demonstração de Fluxos de Caixa ("DFC") – A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7/10/2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS) nº 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Recursos em conta corrente 223 76
Aplicações financeiras (i) 48.200 46.854
48.423 46.930

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 9,32% do CDI, de alta liquidez, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a Receber

Concessionárias e permissonárias 18.020 18.020
Compartilhamento de Instalações 514 8.679
Provisão de PVI (i) (3.885) (4.679)
Revisão Tarifária (ii) 2.585 -
Outras Contas a Receber (iii) 1.180 -
18.414 14.334

(i) Referem-se a provisão da parcela variável e penalidades de redução de receita por inadimplência, a título de transmissão, em função da Resolução Homologatória nº 2.565 de 21/06/2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com período de vigência 07/2019 a julho de 2020. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário negativo de 5,82%. Em 05/11/2019 a ANEEL se manifestou a favor do pedido de recondição interpostos contra a Resolução Homologatória nº 2.566, de 11/06/2019 face às metodologias utilizadas na revisão da RAP nos sub-módulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Revisão Tarifária – PRORET – em Nota Técnica nº 105/2019-SGT/ANEEL, de 20/06/2019, em que a ANEEL determinou a aplicação de uma redução de 5,8% para 5,8%. Referido pronunciamento, diferença entre os percentuais, foi registrado tendo em vista a sua competência no montante de R\$3,8 milhões. (ii) Corresponde à valores a receber de seguradora em função da substituição de apólice da garantia de processo.

6. Partes relacionadas

Contas a Receber 31/12/2020 31/12/2019
Receita de Receber a Pagar Transmissão 4.024 4.146

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

(i) Contas a pagar: Corresponde, principalmente, ao rateio de custos e despesas com pessoal decorrente do contrato de compartilhamento de infraestrutura administrativa e recursos humanos firmado entre partes relacionadas e devidamente homologado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, conforme Despacho Nº 3.435, de 07/12/2020. As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto há a incidência de juros e atualização monetária.

(ii) Remuneração do ativo de contrato de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leis. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações ao longo do tempo. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incluem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.

(iii) Segregação para longo prazo dos saldos negativos do IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2015 objeto de pedido de restituição. (iv) A variação refere-se, substancialmente, a utilização de créditos fiscais na compensação de tributos a recolher.

7. Tributos

a) A Recuperar 31/12/2020 31/12/2019
Imposto de Renda e Contribuição Social (i) 7.995 10.178
PIS e COFINS 3.600 4.490
Outros tributos a recuperar 11.595 15.564
23.190 30.232

(i) Segregação para longo prazo dos saldos negativos do IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2015 objeto de pedido de restituição. (ii) A variação refere-se, substancialmente, a utilização de créditos fiscais na compensação de tributos a recolher.

b) A Recolher 31/12/2020 31/12/2019
ICMS diferencial a recolher 2.466 1.131
PIS e COFINS (ii) 1.883 -
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 803 753
IRPJ 372 418
Outros impostos 248 -
5.537 2.147

(i) Corresponde a valores a recolher de PIS e COFINS sobre faturamento, visto que não há saldo a compensar nos impostos a recuperar. (ii) Variação refere-se à quitação do saldo em aberto junto às prorrogações.

8. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão 31/12/2020 31/12/2019
Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração do ativo contratual 173.540 170.682
Amortização do ativo contratual (138.401) (140.462)
Saldo Final 2.176.176 2.141.036

Saldo inicial 2.141.037 2.110.811
Remuneração

	31/12/2020		31/12/2019 (Reapresentado)	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Passivos financeiros:	Nota	resultado	resultado	resultado
Fornecedores	10	- 34.911	-	66.678
Empréstimos e financiamentos	11	- 532.250	-	663.135
Partes relacionadas	6	- 4.024	-	-
		- 571.185	-	729.813

gação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado, ou seja, inserções não observáveis. • A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	2	65.712	46.930
Títulos e valores mobiliários	2	-	48
Depósitos vinculados	2	37.781	37.453

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no período. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

20. Seguros.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

Seguradora	Ramo	Apólice nº	Vigência	Importância segurada	Prêmio
Tokio Marine	operacional (i)	96000001618	Dez/2020 a Dez/2021	255.000	1.785
Chubb Seguros	Responsabilidade civil (i)	1751003571212	Dez/2021	15.000	10
SWISS RE	Seguro-D&O (ii)	511010000170	Mai/2020 a Mai/2021	100.000	176

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito. (ii) Seguros renovados por igual período com vigência de jan/21 a jan/22.

Diretoria

João Pinheiro Nogueira Batista: diretor presidente, Daniel Henrique Lopes Lima: diretor de operações e Denise Araujo Francisco: diretora financeira

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Manaus Transmissora de Energia S.A.** Brasília - DF

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Manaus Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes.** Conforme mencionado na nota explicativa 2.12, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é

um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19/03/2021.
 **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** CRC-2SP015199/O-6
Ricardo Gomes Leite - Contador - CRC - 1RJ107146/O-1

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC - RJ 127494/O-2